

■ Comunidade, etnicismo e externalidades urbanas, *handicap* ou vantagem para o Brasil?
Da "longa duração" aos problemas contemporâneos

Yann Moulier Boutang

A questão da passagem da democracia racial à democracia propriamente dita.

A comunidade luso-afro-brasileira, como seu nome indica, comporta oficialmente três componentes: os colonizadores portugueses, os descendentes dos negros importados da África como escravos e os outros. Os outros são: os ameríndios, cuja presença não se limita exclusivamente aos membros das tribos recenseadas e "protegidas" mas estende-se, também, aos caboclos, e aos imigrantes internacionais e seus descendentes. Estes últimos aumentaram o peso dos brancos, com exceção da importante colônia nipo-brasileira, limitada autoritariamente .

A clássica distinção entre nacionais e estrangeiros feita pelos países da Europa Ocidental não se aplica ao Brasil porque os imigrantes adquirem rapidamente a nacionalidade brasileira, como em todos os países que são ainda países de instalação. Mas, como em todos os países que conheceram a escravidão, existe aqui uma dupla distinção que impregna toda a sociedade. Primeiro, a dualidade pretos/brancos. Durante muito tempo, os brancos interpretaram essa distinção como: todo negro é, por natureza, escravo ou quase escravo; os africanos e seus descendentes, por sua vez, interpretaram-na de modo mais sutil, assimétrico e inverso: é branco todo aquele que se distancia da condição de escravo. Segundo, consequência lógica desta polaridade e de sua rejeição pelos negros, criou-se uma sociedade tripartida entre pretos, brancos e pardos¹. Esta tripartição é social, móvel e não puramente demográfica². Evidentemente, depois da abolição efetiva do tráfico

(após 1852), o ingresso de africanos na comunidade de escravos e de seus descendentes já instalados no Brasil, tornou-se quase nulo. Com a miscigenação, os pretos tornaram-se cada vez menos escuros e os mestiços cada vez mais claros. Todavia, a importância da comunidade negra, e a preservação de um espaço de autonomia no próprio seio da atroz situação de escravidão, permitiu a manutenção de uma verdadeira polaridade enquanto a comunidade indígena, dizimada após o fracasso das Reservas (Reduções) e da expulsão dos Jesuítas, existia de uma maneira precária³.

O Brasil da República Nova, anti-escravocrata e adepto do desenvolvimento da colonização branca européia foi um agente de branqueamento ideológico e prático. A ideologia modernizante, até os anos sessenta deste século, trocava os nomes de ruas que tinham origem indígena. A promoção social era sinônimo de um distanciamento da cor preta e de uma aproximação máxima com o branco, símbolo de riqueza, status e poder⁴. A população mestiça, durante o período escravocrata do país, funcionou como um poderoso agente de assimilação e reabsorção da “anomalia negra”, dessa insistente lembrança do período escravista. Entretanto, a partir dos anos 20 e 30 os negros brasileiros iniciaram, no Rio de Janeiro, a reconquista de um espaço cultural que, até então, estava limitado ao Nordeste e à antiga capital colonial. Eles fizeram do samba e do carnaval, apesar da resistência das classes dominantes que não desejavam sua presença massiva na cidade⁵, o arquétipo mundial da festa e o melhor símbolo da identidade nacional brasileira⁶. Um pouco como, no hemisfério Norte, os negros do sul, imigrando em massa em direção a Chicago, inventaram o blues e fizeram do jazz o símbolo de um verdadeiro *Black is beautiful* antes do tempo. Em meados dos anos 60, o elemento multirracial, pluri-étnico, deixou a esfera do folclore regional (com o tema do “negro na sociedade brasileira”) para tornar-se um elemento diretamente político⁷. Assim como Dom Helder Câmara, Chico Buarque de Hollanda também foi censurado pelo regime Castelo Branco. A lógica nascente das minorias étnicas sofreu um incontestável eclipse durante a fase autoritária, modernizante e centralista dos militares (fase prussiana que deu origem ao maior movimento operário da América Latina). A ideologia militar enfatizava a Nação, mantinha-se unida contra toda forma de subversão à autoridade e defendia o desenvolvimento

das empresas nacionais, isto é, a formação de empresas brasileiras de porte internacional. Como no período do “getulismo”, ou como na fase colonial do “pombalismo”, a cultura das minorias resumiu-se a uma fraca proteção aos Índios da Amazônia e de Mato Grosso, o que permitiu ao Estado Federal uma ativa intervenção na Trans-Amazônia e o desenvolvimento da extração de ferro. A ditadura militar naufragou por causa de dois obstáculos: um, interno, ligado ao aumento espetacular da força do movimento operário no triângulo São Paulo, Belo-Horizonte, Espírito Santo; outro, externo, relacionado à incapacidade de afrontar a fase de depressão da economia mundial, ou seja, de solucionar o problema do déficit da balança de pagamento e do serviço da dívida externa.

O retorno da democracia recolocou no primeiro plano a questão social através de sua expressão étnica, problema clássico e desesperador do subdesenvolvimento social. Problema que já tinha sido colocado em 1964⁸, recolocado, desta vez, dentro de um contexto de crise e de redefinição da economia mundial e de um endividamento externo crítico.

Florentan Fernandes, que trabalhou com Roger Bastide sobre o problema racial brasileiro, partindo de uma minuciosa pesquisa realizada nos anos 50, em São Paulo, Estado modelo do desenvolvimento moderno, faria, alguns anos depois, um diagnóstico inesperado: verificando um vínculo indubitável entre desigualdade social e cor da pele, mostrou que o enfraquecimento das rendas do poder e a concentração do poder nas mãos dos brancos, que deveria abrir espaço à modernização e redução das separações das castas e das raças dentro de um distanciamento democrático de classes, foi substituído por outros mecanismos, tais como, dependência cultural e ausência de autonomia econômica⁹. O Brasil, por volta de 1964, às vésperas do golpe militar, exibia o retrato de uma “democracia racial”. Entretanto, as relações raciais resultantes da mais poderosa e longa sociedade escravocrata da era moderna não haviam desaparecido para ceder lugar às relações de classe; ao contrário, continuavam a determinar a distribuição do poder, da riqueza e das elites.

O mesmo Florestan Fernandes concluía: “Em outras palavras, as estruturas da sociedade de classes não conseguiram, até o presente, eliminar normalmente as estruturas preexistentes na esfera das relações sociais,

fazendo com que a ordem social competitiva não alcance plena vigência na motivação, na coordenação e no controle de tais relações”. Ele via aí a característica de um atraso cultural que seria a origem de uma deformação permanente das estruturas sociais e das relações de classes pela questão racial. O programa proposto pelo autor, na época, era passar de uma “democracia racial” a uma “democracia propriamente dita”. Ele chamava à atenção o lema de Joaquim Nabuco: “Temos de reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade”¹⁰.

Era evidente, para ele, que esta reconstrução não se operou durante a Primeira República nem durante o regime autoritário de Getúlio Vargas. Façamos nós mesmos a pergunta: e hoje, após 21 anos de regime militar e 10 anos de retorno democrático? A resposta não parece ter mudado. A nova fronteira da valorização do *hinterland* amazonense, o grande tema dos militares positivistas, desapareceu lentamente. Ficou o desastre ecológico, o massacre dos Índios pelos garimpeiros, o papel ambíguo das empresas de mineração e o Movimento dos Sem Terra que, no lugar de ouro prometido, querem um pedaço de terra para alcançarem um pouquinho de liberdade. A conquista de uma democracia local e de um grau razoável de igualdade e equidade social constituem, sem dúvida, a verdadeira nova fronteira do país.

O Brasil não divide este traço da estratificação étnica do mercado de trabalho e da sociedade apenas com os países em desenvolvimento mas, também, com os Estados Unidos, a África do Sul e os países da Europa Ocidental. Escravidão, *apartheid* e *status* discriminatório dos migrantes econômicos mantidos sob contrato deram, todos, um resultado tendencialmente análogo. A crise econômica, o desaparecimento do pleno emprego e a nova miséria colocaram os mercados de trabalho dos países do Centro mais perto do mercado de trabalho dos países do Terceiro Mundo. Mas voltemos ao Brasil.

Então, o que ver nessa situação que acumula todos os inconvenientes de uma situação de classe (desigualdade econômica, indivíduo sem comunidade) sem apresentar nenhuma de suas vantagens (igualdade política, destruição dos antigos preconceitos de classe, de sexo etc); que apresenta todos os inconvenientes de uma situação de escravidão (racismo, profunda desigualdade “natural” entre os homens segundo o grau de branquea-

mento da pele, limitação da liberdade) sem as vantagens de uma comunidade poderosa e unida que conquistou a maturidade de minoria depois de ter conquistado a abolição ?

Se não mais acreditamos nos programas econômicos de reabsorção da pobreza, nem no programa político do *New Deal*, na tradição Goulart e Kubitchek, cujos gigantescos programas norte-americanos pós Movimento das Direitos Cívicos não deram certo, e ainda menos no caráter essencialmente pacífico de uma sociedade luso-católica dos barões do açúcar, à Gilberto Freyre de última hora, nem tão pouco nas virtudes progressistas e republicanas do Estado de São Paulo em relação ao Nordeste nem, enfim, na ordem política, requisito do progresso econômico promovido pela Escola Superior de Guerra, o que fazer? Os limites do socialismo real mostraram, por outro lado, que nenhuma economia aberta (ou então regressemos à situação de Cuba) consegue conciliar liberdade, igualdade e fraternidade com a estatização da economia e a supressão oficial do mercado (que reaparece na sua forma mafiosa). Podemos optar por um bem-comportado programa social-democrata de um mercado capitalista nas suas relações de produção e nas relações com os trabalhadores assalariados cujo rigor seria atenuado pela doçura da justiça social nas suas relações de repartição da riqueza nacional? No momento em que a globalização e a mundialização exercem um peso coercitivo sobre as sociedades disciplinares e Rawlsianas da Europa Ocidental, ou ricas dos Estados Unidos e do Japão, essas pressões revelam-se absolutamente insuportáveis para um país como o Brasil (ver o custo extravagante do plano de ajustamento estrutural na suas conseqüências para o nível de vida das crianças, a qualidade de vida da população em geral e para as zonas mais pobres do país), o que esperar da economia informal, da cultura das minorias e da estratificação étnica do mercado de trabalho? Não seria melhor colocar tudo isso no nível de elementos subalternos em relação ao PIB por habitante, à performance das empresas exportadoras, aos quilômetros de estradas, ao investimento da indústria pesada e ao número de *containers* equipados *roll on* nos portos? A produção de mercadorias pelas mercadorias sendo o ponto principal, permitindo assim um pouco de democracia real no final de um longo esforço ?

Pensamos que, imperativamente, é preciso escolher uma outra via;

não a partir de um *a priori* dogmático mas porque reservar o acesso à democracia real somente aos ricos, aos “civilizados” das nações ricas, faz lembrar os temas conhecidos dos senhores de escravos que viam a liberdade como um complemento da riqueza e que em 1887, às vésperas da emancipação, contavam, seriamente, ter ainda mais uns 50 anos de “bom tempo”. Dizemos isto para citar uma razão histórica brasileira que poderia ser encontrada, também, tanto na Inglaterra em 1644 quanto na França em 1848.

A segunda razão é mais econômica. A economia do crescimento nos países em desenvolvimento possibilitou, nas duas últimas décadas, uma reabilitação radical do desenvolvimento social e cultural como pré-requisito ao *take off*. A disputa teórica entre partidários da modernidade e da tradição cedeu lugar a uma visão mais prudente que vê nas estruturas das comunidades uma melhor garantia, indispensável a uma autonomia cultural, política e econômica. As instituições internacionais, tais como o BIT¹¹, por exemplo, após apoiar durante anos unicamente o modelo Todaro de migrações internas, descobriram a importância primordial da economia informal, da urbanização selvagem e do *ethnic business*¹² para a criação de emprego, para o crescimento e para a satisfação das necessidades básicas. Ora, se olharmos com atenção, a história econômica do Brasil não é unicamente a história oficial das ocasiões perdidas pela indústria pesada e das consequências nefastas de uma conjuntura internacional depressiva.

Retomando a frase fundadora da República Nova pronunciada por Joaquim Nabuco, que já citamos, o verdadeiro problema é o de desenvolver o conteúdo da liberdade do trabalho livre sob cujos auspícios deveria acontecer a fusão das raças.

A problemática da classe social (moderna) contra as castas ou raças batizadas como “feudais ou paternalistas” e a oposição não dialética da modernidade capitalista do mercado contra o arcaísmo da sociedade tradicional (como colocada por F. Fernandes, não obstante as grandes qualidades da sua imponente pesquisa sobre São Paulo cujas conclusões não podem ser contestadas) ocultam-nos o mecanismo e a dinâmica própria do sistema institucional brasileiro. Um maior conhecimento deste mecanismo é, portanto, a única possibilidade de utilizar e canalizar sua força para um crescimento com desenvolvimento.

Por isso, examinaremos o significado histórico da miscigenação e do pluri-eticismo no funcionamento do Brasil no período que vai até à abolição da escravidão; depois, passaremos à interpretação dos regimes de abertura do Brasil à economia mundial.

Mobilidade, fuga e conquista da liberdade, característica histórica da sociedade brasileira.

No Brasil, qual a tradução para comunidade e etnicismo, já que a miscigenação constitui o traço específico brasileiro? Poderíamos dizer que as raças, enquanto barreiras, foram abolidas, o que significa, simplesmente, que as barreiras sociais que se encontram na divisão das raças foram e são ultrapassadas, reconstituindo-se permanentemente. A mobilidade social e a liberdade *tout court* relacionam-se com o grau da cor de pele, isto é, com o grau de brancura característica de todas as democracias raciais (que contêm minorias étnicas) como, por exemplo, os Estados Unidos, o restante da América Latina, a Índia e a Europa. Mas esta verdade é apenas a metade da história, seu lado paralisado, estático e lúgubre. A leitura dinâmica da miscigenação mostra que o acesso à liberdade passou, durante muito tempo, pela mistura das raças¹³. Uma sociedade mestiça é, então, uma sociedade trabalhada por poderosos meios de acesso à liberdade (na época da escravidão era a principal via de liberação), a uma melhor condição social e a uma mobilidade ascendente. Dizia-se, e diz-se ainda, “branco de terra” para fazer referência a um negro que trocou de cor através da propriedade da terra. Reciprocamente, diz-se “um branco da Bahia” em relação a um mestiço escuro que, na Bahia, é considerado branco por contraste com a maior parte da população¹⁴.

A sociedade brasileira, que foi a maior consumidora de escravos - um cliente mais importante que os Estados Unidos para o Tráfego Atlântico e a última a abolir a escravidão, em 1889 (com a exceção do Kenya que acabou com os escravos somente em 1907) - é também a que apresenta a mais elevada taxa de miscigenação dos negros e uma taxa de mestiçagem dos Ameríndios equivalente à das sociedades hispânicas (a diferença em relação a estas últimas é que o elemento indígena, escasso, praticamente

desapareceu, eliminado ou absorvido pelos brancos). No final do século XVIII, era considerável o número de negros livres ou libertos. Contava-se, nessa época, dois negros livres para dois negros escravos¹⁵.

Esta característica, a partir dos trabalhos de Gilberto Freyre (1938 e 1959) sobre o Nordeste do Brasil, foi interpretada, em um dado momento, como prova de que o racismo estaria atenuado no Brasil, em contraste com os Estados Unidos anglo-saxões. Posteriormente, esta interpretação foi amplamente contestada, com pertinência, por R. Bastide e F. Fernandes que mostraram a existência de uma forte discriminação racial no estado mais moderno do Brasil, São Paulo. A discussão sobre “o preconceito de cor” no Brasil tornou-se um lugar comum na pesquisa e na sociologia. Carl Degler (1971) produziu a análise mais equilibrada sobre o tema, fazendo uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos¹⁶.

Não resta dúvida que a autonomia cultural dos negros, particularmente do ponto de vista religioso, era muito maior na senzala brasileira que nas plantações da Georgia ou da Virgínia; a vida cotidiana e o nível de vida do escravo, porém, eram, ali, assegurados de maneira mais precária. O sincretismo da religião católica, o pacifismo dos senhores portugueses e suas sistemáticas relações sexuais com mulheres escravas exerceram um papel¹⁷, é claro, mas, mais uma vez, isto é somente a metade da história. Não se pode esquecer um fator essencial: o comportamento mesmo dos escravos. Tal comportamento pode ser resumido em uma palavra: fuga. Fuga em direção à floresta, (“Deus é grande, mas a floresta é maior”, dizia um provérbio dos africanos que também havia sido lema dos ameríndios¹⁸); fuga até a organização dos quilombos, à República de Palmares, em Alagoas, vencida militarmente somente após várias expedições. Fuga também pela miscigenação: se os senhores portugueses eram libidinosos, as mulheres negras utilizaram-nos, para elas e para seus filhos, como uma das raras portas que conduziam à liberdade. Elas tentaram a mesma coisa nas Antilhas, na América do Norte, mas os senhores ingleses, franceses e holandeses, vendo o perigo, proibiram progressivamente a miscigenação, no final do século XVII e, em seguida, toda relação sexual entre as raças. Eugene D. Genovese, autor do maravilhoso *Roll on Jordan, Roll on*, assinala que os plantadores americanos não precisaram trancar seus escravos, todas as noites como seus homólogos por-

tugueses do Nordeste, mesmo os mais bem tratados, os domésticos, impedindo assim que fugissem e se confundissem facilmente com a massa de africanos e crioulos livres¹⁹.

O sistema brasileiro repousava sobre um *turn-over* intenso do trabalho dependente, dos escravos no caso, que não era somente resultado de uma elevada taxa de mortalidade mas, igualmente, fruto de uma busca permanente de liberdade, graças aos mecanismos da miscigenação, da fuga em direção ao interior do país, da obtenção do direito, de fato, ao usufruto da lavoura e, em seguida, do direito à propriedade da terra. A valorização econômica e humana do Brasil apresentou os contornos desse movimento fundamental. No bojo da nossa tese de Doutorado desenvolvemos este ponto, que tem um valor geral²⁰, como H. Aptheker já assinalou em relação aos negros americanos²¹. Para fixar os escravos, a sociedade viu-se obrigada a aceitar a miscigenação, preço do bom comportamento do negro. Quando esta política não dava certo, os brancos eram obrigado a colonizar o *hinterland* ocupando a terra dos Negros da terra (os Índios²²), os quilombos e o espaço de fuga dos africanos livres.

A sociedade brasileira permaneceu globalmente marcada pela *via exit* (em oposição à *via voice* analisada por A.O. Hirschmann). Entretanto, esta negação (a fuga da condição de escravidão e do trabalho dependente) provocou os passos decisivos em direção às transformações sociais e produtivas. Assim, a fuga e a procura de mais liberdade produziram uma primeira determinação positiva: a miscigenação demográfica.

A outra característica é o pluri-eticismo e a miscigenação do mercado de trabalho. Paralelamente à “brecha camponesa”, sobre a qual Círio Flamarion Cardoso²³ chamou à atenção, isto é, o processo pelo qual o trabalho dependente escravo adquire, sob formas diferenciadas, sua liberdade jurídica, a obtenção do uso da terra e de um teto e, finalmente, a propriedade não transmissível, existe também a “brecha demográfica” mediante a qual o trabalho dependente escravo conquista sua liberdade, rompe parcialmente as barreiras de raça por meio de relações sexuais, geração de criança com sangue-misturado e, enfim, casamentos inter-raciais oficialmente reconhecidos. Para finalizar, acrescentamos ainda a brecha das naturalizações pela qual os imigrantes conseguiam, rapidamente, livrar-se dos elementos de dis-

criminação (o fenômeno foi precedido por uma longa luta contra o *status* do migrante que tinha contrato de colono e de parceria; os escravos, que no mesmo período tentavam livrar-se da escravidão, mostraram aos imigrantes o caminho a seguir)²⁴.

Constituição de um sistema produtivo e abertura externa da economia

Na nossa opinião, essa característica constitui um traço fundamental da sociedade brasileira. A inserção no comércio mundial (e na esfera do mercado *tout court*) através de *booms* especulativos de um bem mercantil constituiu a forma de controle da mobilidade do trabalho dependente que conseguia, finalmente, sua liberdade jurídica e sua autonomia econômica. Quando o porto de Santos se tornou ponto de refúgio de escravos que desertavam dos cafezais, entre 1882 e 1888, (de modo análogo ao processo vivido pelas cidades medievais que se constituíram a partir do fluxo de servos que conquistavam a liberdade ao permanecer nessas cidades pelo prazo de um ano), beneficiou-se de uma situação de oferta ilimitada de trabalho podendo, assim, rivalizar com o porto do Rio de Janeiro. Quando o proletariado do Ceará e de todo o Nordeste, começou a desembarcar na periferia de São Paulo entre 1955 e 1965, aos milhares por dia, a grande indústria de transformação paulista completou seu domínio sobre a economia brasileira, domínio esse já amplamente organizado a partir da captação do fluxo de mão de obra internacional entre 1845 e 1920.

A teoria econômica ortodoxa, vinda de horizontes diferentes, seja de Marx ou Lewis, atribui esse crescimento ao baixo custo do trabalho, à rápida acumulação dos lucros, resultado de uma especialização adequada e possível dentro da divisão internacional do trabalho. Porém, sabemos, que este argumento pode ser colocado de cabeça para baixo uma vez que a especialização e o gigantismo dos lucros não geram mecanicamente o desenvolvimento mas, ao contrário, um crescimento sem desenvolvimento, com ausência de efeitos em cadeia, de coerência do sistema produtivo, de fechamento de um mercado interno suficientemente forte para isolar o tecido econômico dos golpes da conjuntura internacional.

Quais são os elementos de desenvolvimento ou de crescimento que conduzem ao desenvolvimento ausentes nesse esquema de acumulação? Todos os que traduzem, no interior de uma atividade econômica, a conquista da liberdade que, em oposição ao mercado de trabalho, chamamos mercado da liberdade²⁵. A “brecha camponesa”, a poli-atividade de troca e o artesanato difuso são os primeiros exemplos históricos que podemos citar. Devemos aos comportamentos de rejeição das relações de escravidão moderna (e não feudais) ou rejeição do trabalho dependente sob contrato, a resolução do problema da carência alimentar em proteínas, o aparecimento da metalurgia do forno a carvão (cadinho) de Minas Gerais, o ciclo aurífero da Mina (escravo africano originário do antigo Dahomey), a prospecção e o tratamento artesanal do minério, o ciclo do algodão, abortado em função da adoção do liberalismo comercial após 1836, o ciclo índio e caboclo da borracha e, por fim, o ciclo do cacau. Devemos igualmente a estes comportamentos a organização de cidades como Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Devemos, sobretudo, a invenção do mercado de trabalho livre possível, também, graças à compra da própria liberdade pela via da poupança, da mobilidade territorial e da mobilidade social na cidade, decorrente da situação de escravo de aluguel e de escravo de ganho.

Estes elementos históricos possibilitam um outro olhar sobre os fenômenos que marcaram o Brasil moderno, como as grandes migrações internas, as migrações internacionais, o aparecimento da favela, a urbanização selvagem de São Paulo. Ontem e hoje, ainda se faz necessário acrescentar a função produtiva do setor informal urbano e todas as formas de economia e organização comunitária, todos esses “jeitinhos” que possibilitam a existência de uma vida social e cultural.

Do tráfico de escravos à imigração internacional, o Brasil caracteriza-se, historicamente, por uma grande mobilidade geográfica e por uma mobilidade social que adquiriu a forma da miscigenação e da invenção de ciclos produtivos. Mas, uma outra característica essencial é a de que este movimento é, cada vez mais, marcado por uma inserção no interior dos ciclos do comércio mundial, acompanhado de consolidações internas frágeis e sempre inacabadas em função de graves recessões mundiais.

Durante o período da escravidão, o regime se mantinha e modifica-

va graças ao recurso interno das expedições dos bandeirantes, até 1690, à procura de mão de obra indígena para a economia paulista, ou após o Tráfego Atlântico. Historicamente, o Brasil foi o maior importador mundial de mão de obra, à frente dos Estados Unidos. Quando perdeu esta possibilidade, quando as regulações não se apoiaram mais sobre um nível elevado de mobilidade, a sua economia entrou em declínio. Os ciclos da cana de açúcar do séculos XVII e XVIII no Nordeste, dos metais preciosos no século XVIII em Minas, do café (1850-1930) em São Paulo, da borracha (1850-1920) na Amazônia, correspondem, cada um, a um ciclo específico de mão de obra (captura dos ameríndios, tráfego de escravos africanos, fuga, mobilidade dos escravos e dos libertos, migrações internas dos caboclos na Amazônia, migrações urbanas dos colonos europeus), a um tipo de mercadoria no mercado mundial e a um tipo de organização social.

Tal convergência é impressionante, o que nos leva a propor a seguinte hipótese: é preciso, provavelmente, inverter a ordem de leitura dos fatores referentes à relação com a economia mundial. Se o Brasil se tornou dependente do ciclo internacional, não foi por incapacidade para desenvolver uma autonomia face à economia mundial, mas porque a estrutura de sua mobilidade interna o obrigou a especializar-se em função de ciclos (produtos-investimentos-tecnologia-organização social), que assumiam a forma dos movimentos internos da mão de obra e do trabalho dependente, livre ou não.

O regime das *plantations* do Nordeste, a Casa Grande e a Senzala, foram inventados como resposta à fuga dos Índios do Recôncavo. A intensificação do Tráfego Atlântico serviu para tapar os buracos legados ao absentéismo, à fuga e à resposta cada vez mais violenta dos ameríndios²⁶. A colonização do Oeste e do interior do Norte foi também uma resposta a Palmares e ao problema endêmico dos quilombos. Ora, a colonização de vastas áreas do *hinterland* brasileiro supunha uma lucratividade que somente as mercadorias destinadas à exportação em direção a Portugal e ao mercado mundial poderiam assegurar com preços estáveis ou ser objeto de uma forte procura como o açúcar, a madeira, o ouro, os outros minérios preciosos, o café, a borracha e, hoje, o minério de ferro e o gaz.

Enquanto os ciclos de bens-mercadorias iam no mesmo sentido que os movimentos da população, aceleravam (provocavam mesmo) as fases de

forte crescimento que duravam várias décadas (em todo caso, o suficiente, retomando os critérios de Rostow para assegurar normalmente o *take-off*). Em troca, se a inserção mundial tinha sido elemento de dinamismo durante a fase ascendente do ciclo econômico, durante a fase de recessão mundial²⁷ tornava-se um fator perigoso de desorganização. O Brasil conheceu, assim, uma industrialização por vagas e um crescimento vertiginoso sem desenvolvimento, quer dizer, sem que sua economia global pudesse adquirir margens suficientes de autonomia interna para resistir à estagnação dos anos 1886-1902, nem à grande depressão dos anos 30. A acumulação, no seu relacionamento com a economia mundial, conheceu uma série de *stop and go* que alimentou, cada vez mais, o nacionalismo e “programas autárquicos” (como o de Getúlio Vargas e, em seguida, o do regime militar após 1964), programas que se revelaram profundamente diferentes do da ditadura chilena, pois visavam isolar o Brasil dos golpes do ciclo internacional. Este último designado como responsável pelo caos social e político (quer dizer, responsável pelo movimento das classes populares em direção ao comunismo). Pode-se observar a mesma linha nacional-protetcionista no início da época imperial, na ocasião da ruptura com Portugal, ou da República que nasceu com a abolição da escravidão em 1889. Não é difícil ver que durante a fase ascendente da abertura internacional, a economia perturbava a velha ordem social: tinha-se, então, progresso sem ordem. As *plantations* holandeses de Pernambuco derrubaram e enterraram o regime das capitânicas pernambucanas e baianas. A extração do minério, imperativo estratégico para Portugal na época de Pombal, acabou com a proteção aos Índios, organizada pelos Jesuítas e, sobretudo, com o Recôncavo pernambucano cujos efetivos fugiam em massa em direção ao interior. A transferência da Corte Imperial para o Rio de Janeiro desenvolveu o que seria o fulcro da emancipação, o surgimento dos escravos urbanos de ganho ou de aluguel. A colonização do Oeste paulista ameaçou o Vale do Paraíba e as antigas regiões de cana de açúcar.

A cada regime de cultura, de organização tecnológica ou de inserção de produtos no mercado mundial, corresponde não apenas um regime de mobilidade específica para as metamorfoses do trabalho dependente, mas também um tipo de produção e de economia informal.

Tal fenômeno pode ser explicado graças à teoria das externalidades e aos modelos de crescimento endógeno²⁸, que nos conduzem a uma avaliação nova do papel dos movimentos da população e do capital humano. Para concluir este esame do passado, podemos dizer que o multi-etnismo e a miscigenação da sociedade brasileira foram a tradução da mobilidade social dentro do sistema escravista e das formas menos livres do trabalho dependente. Eles foram também ligados à ciclos de produção que permitiram, não somente a inserção do Brasil nos fluxos do comércio mundial, mas também um desenvolvimento social que o crescimento da cana, do ouro, dos diamantes, do café e da borracha não foram mais capazes de produzir. A fragilidade da economia brasileira e sua dependência em relação às depressões da economia mundial estão relacionadas ao fato que o mercado interno não foi construído à partir dos movimentos do povo pela conquista de sua liberdade.

Notas

* O autor quer agradecer a Maria Lina Valadares Campos por sua ajuda à tradução para o português do seu texto.

¹ A palavra “mestiço” existe em língua portuguesa; os brasileiros conhecem uma profusão de palavras para designar a miscigenação étnica: a palavra “caboclo”, que se referia apenas aos mestiços não mulatos, foi estendida a qualquer população indígena camponesa; também as palavras “cariboca” ou “curiboca”, de “cabro”, de “cabrocha” (para pessoas mulatas ou mestiças), “chinoca” (no século XVIII) para chamar um jovem mulato (Donald Pierson, 1942), indicam a profusão dos termos usados para designar em Salvador, nos anos 1930, os graus de miscigenação. Como a distinção africano/crioulo que separava os escravos importados da África dos escravos nascidos no Brasil, essas distinções de cor são verdadeiras distinções de status social, seja de classes sociais seja de castas, visto que elas são parcialmente transmissíveis pelo sangue. Deixamos de lado a miscigenação entre ameríndios e negros (cafuzo). A componente ameríndia foi absorvida, na sua quase totalidade, pela miscigenação cabocla (mameluco) quer dizer, o índio civilizado. Vide C. Moura (1994), pp.149-155.

² Em 1995, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 54,4 % de habitantes (82,8 milhões) declaravam-se brancos, 4,9 % (7,5 milhões) negros e 40,1 % (61,1 milhões), pardos. *Jornal do Brasil*, 6 de setembro 1996. A continuidade com os anos 30 é muito forte (cf. na sua antologia póstuma A. Guerreiro Ramos, 1982, pp. 181-182) discutindo a tese da “arianização” sustentada por Oliveira Viana. Ver também D. Ribeiro (2 ed. 1996, tabela 4, p. 229 et pp. 208-241).

³ A América hispânica mostra que o peso demográfico dos Ameríndios e a supressão mais veloz da escravidão deram aos mestiços de indígenas o papel dos mulatos no Caribe e no Brasil.

⁴ F. Fernandes (1978). Ver também A. Guerreiro Ramos, (1982), pp. 163-240 N.S. Souza (1983).

⁵ Sobre a recusa de parte das classes dominantes ao direito de moradia para o povo nas cidades da América do Sul, ver o livro do liberal H. De Oto (1989).

⁶ Ver H. Vianna (1995).

⁷ A canção de Nara Leão, Carcará, tornou-se o símbolo da justificação do êxodo rural do Ceará e da “Vida Seca”. Uma outra canção de Nara Leão dizia explicitamente: “Pode me prender, pode me bater, daqui do morro, eu não saio não. Se não tem água, eu furo um poço, se não tem carne, eu compro um osso, e ponho na sopa e deixo andar, deixo andar.”

⁸ Para uma história deste movimento de auto-valorização do negro pela imprensa mulata ver, por exemplo, A.Guerreiro Ramos (1995) e C.Moura (1994).

⁹ F.H.Cardoso (1962).

¹⁰ F.Fernandes, (1978), Vol.II, p. 459.

¹¹ F.Fernandes, *ibidem*, p. 460.

¹² O *Ethnic Business* designa formas de atividade produtiva legadas a uma comunidade particular. Essa comunidade permite a criação de oportunidades para transações seguras e de dimensão suficiente para atrair investimentos. Estes vão do mercado de bens alimentares consumidos pelos escravos negros ao mercado de carne *allal* (quer dizer, pura, porque morta segundo os preceitos religiosos) para os Muçulmanos. Um grupo étnico caracterizado por sua religião, sua origem nacional ou de comunidade, pode assim especializar-se dentro de uma profissão, de um moro. A formação de ilhotas étnicas dá lugar à atividade étnica. Este tipo de organização é típica de sociedades pluri-raciais.

¹³ Deve deduzir-se, logicamente, que a miscigenação diminui quando não oferece um grau de acesso à liberdade e à riqueza social superior ao que a endogamia pode proporcionar à população discriminada.

¹⁴ D. Pierson (1942) observa que os estatísticos que faziam as pesquisas nos anos 30, achavam que 30 por cento das autodeclarações de “brancura” eram feitas por uma população que contava, visivelmente, com ascendente negro, mulato ou mameluco.

¹⁵ H. Aptheker (1943), foi o primeiro a observar esta diferença entre a situação brasileira e a norteamericana do ponto de vista do escravo e não dos senhores. Ver também Y.Moulier Boutang (1997).

¹⁶ C.Degler (1971). Ver também o livro de G.M.Frederickson (1981) para uma comparação com a África do Sul.

¹⁷ Apesar deste papel ser muito ambíguo traduziu, muitas vezes, o meio pelo qual o senhor quebrava a resistência da família africana, fixando-a na senzala de uma maneira irrevogável.

¹⁸ Sobre este assunto ver M.J.Maestri (1991) e sobre os índios, o recente livro de J.M.Monteiro (1994).

¹⁹ E.D.Genovese, (1981).

²⁰ Ver Y.Moulier Boutang (1997) para um ensaio de explicação de economia histórica desta lei geral do controle do trabalho dependente e de constituição do assalariado.

²¹ A colonização do interior americano, especialmente no Sul-Oeste, foi iniciada

pelas expedições de recuperação dos escravos marrons. Cf H.Aptheker, (1945).

²² Ver o recente livro de J.M.Monteiro, (1994).

²³ Ver C.F.Cardoso (1987 et 1988). A tese da brecha camponesa foi criticada por C.Moura (1994), pp. 27-30. Mas outras contribuições, antes e após dos trabalhos de Ciro Flamarion Cardoso sobre o caso brasileiro (R. Slenes, 1985, M.R.N.da Silva (1988), D.C.Libby (1988) e também sobre o Caribe S. Mintz (1984), Zanzibar (F. Cooper, 1977), mostram a consistência desta hipótese com a autonomia dos comportamentos dos escravos, aliás defendida pelo mesmo C.Moura ; ver J.J.Reis & E.Silva (1989).

²⁴ Ver, R.Conrad, (1972), R.B.Toplin (1972), S.B.Schwartz, (1974), W.Dean, (1977), M.L. Lamounier, (1988), A.L.D.Lanna, (1988) et Y.Moulier Boutang (1997).

²⁵ Dizemos mercado, porque a atividade que permite ao escravo ou ao dependente conseguir ser mais livre dá, geralmente, lugar a transações mercantis.

²⁶ Aachamos in C.Moura (1994), pp. 125-130, uma hipótese muito interessante. A acomodação dos portugueses a uma sociedade pluri-étnica e à miscigenação, não seria uma questão de cultura e de temperamento, mais teria raízes no próprio desenvolvimento da escravidão em Portugal, desde o século XV, para tapar os buracos de mão de obra nacional com a importação de população africana.

²⁷ B.Wenstein (1983) demonstrou isto pelo ciclo da borracha na Amazônia. Os "cabanos" acharam na borracha a ocasião de sobrevivência semi-autônoma, o que não era o caso quando dependentes nas fazendas de gado ou de cultura.

²⁸ Ver B.Amable & D.Guellec (1992).

